



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6993

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votado, não tramitado

Autoria: Guilherme Dias Ramos

Data: 23/01/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 015/2007. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a divulgação na internet, através do site oficial da Prefeitura, da relação dos medicamentos disponíveis, no estoque da Secretaria Municipal de Saúde e na Farmácia Popular, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 26.4 **Posição:** 18 **Número de folhas:** 06

Especc: PL
Categoria: não tramitado
cx: 26.4
ordm: 18
nº fls: 04



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 215 /2007

AUTOR:

Vereador – Guilherme Dias Ramos

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Divulgação na Internet da Relação de Medicamentos e
Contém Outras Disposições.

MOVIMENTO

Entrada em – 23/01/2007
Comissão Legislação e Justiça

- 1 - _____
- 2 - _____
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

As
Comissões
23-01-07

PROJETO DE LEI Nº ____/2006

Dispõe sobre a divulgação na Internet da relação de medicamentos e contém outras disposições.

O Povo do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Montes Claros obrigada a divulgar no seu "site" oficial na Internet a relação de medicamentos disponíveis nos estoques do almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde do Município e Farmácia Popular.

Parágrafo único. Dever-se-á informar os locais na rede municipal de saúde em que os medicamentos estarão disponíveis para a população.

Art. 2º - Além do disposto no art. 1º caberá aos Postos de Saúde a função de imprimir a listagem de medicamentos divulgada na Internet e afixá-la em local de destaque no recinto.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros fica responsável pela disponibilização de um serviço que atenderá quaisquer reclamações sobre a falta de medicamentos na rede municipal de saúde.

§1º - De posse das informações ou reclamações da falta dos medicamentos, a Secretaria Municipal de Saúde deverá imediatamente comunicar os responsáveis pelo site oficial da Prefeitura que publicarão, num prazo de até 24 horas (vinte e quatro horas), a sua falta com os seguintes dizeres: "Medicamentos de Uso contínuo em falta – veja relação : (...)".





Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

§2º - A informação sobre a falta dos medicamentos só será retirada do site quando se restabelecer o seu fornecimento.

Art. 4º - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Montes Claros as seguintes funções:

I – disponibilizar um número de telefone para receber, analisar e avaliar as reclamações, consultas e denúncias apresentadas por usuários ou entidades representativas, sobre a falta de medicamentos;

II – encaminhar aos órgãos competentes da Prefeitura as denúncias apresentadas pela população sobre a falta de medicamentos de uso contínuo;

III – fiscalizar o cumprimento da lei;

IV – revisar e atualizar a relação de medicamentos a ser divulgada periodicamente.

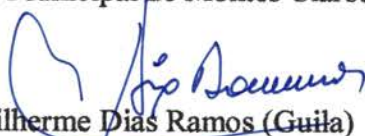
Art. 5º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por decreto.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 10 de Janeiro de 2007


Guilherme Dias Ramos (Guila)
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
JUSTIÇA
EM 23 DE FEVEREIRO DE 2007

PRESIDENTE

Projeto de lei é inconstitucional
conforme parecer da Assessoria Legislativa.

Henri Wainer
12/02/07





Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa determinar à Prefeitura Municipal de Montes Claros, a publicação no seu "site" oficial na Internet, a relação dos medicamentos existentes e daqueles em falta e o local onde encontrá-los na rede municipal de saúde. Determina também que os postos de saúde imprimam a listagem divulgada na Internet e as afixem em local de destaque em seu recinto.

O projeto desenvolvido tem como intuito informar com agilidade e eficiência os medicamentos disponíveis aos cidadãos, pois todos têm direito à informação que o torne apto a se utilizar dos direitos e benefícios que lhes são conferidos por lei.

O projeto proposto possibilitará também que, de posse de tais informações o órgão competente do Município controle possíveis desperdícios.

No mais, a divulgação tem por foco a moralidade dos atos administrativos que devem ser operados pela atual gestão.

Justificado o projeto, salvo melhores considerações, esperamos a apreciação e aprovação por este Plenário e demais Comissões Permanentes.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 10 de Janeiro de 2007.


Guilherme Dias Ramos (Guila)
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 060/2007 QUE “Dispõe sobre a divulgação na Internet da Relação de medicamentos e Contém Outras disposições.”, de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto em comento obriga o Poder Executivo a divulgar as informações que menciona.

No caso em tela, estão sendo criadas obrigações, inclusive com a geração de gastos e disponibilização de pessoal, para o Poder Executivo Municipal, o que é vedado pela LOM.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 12 de fevereiro de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605